escola, pois limita a consciência do potencial de mudança.

As estruturas balcanizadas não lidam com recursos humanos necessários à aprendizagem flexível nem com o crescimento profissional contínuo do pessoal docente e não trabalham com a capacidade de resposta às mudanças da comunidade.

O antídoto para a balcanização seria o mosaico fluido — grupos diferentes em acomodação, objetivos atingíveis, experiência comum, consenso de valores.

A reestruturação — para além da colaboração

Finalmente, Hargreaves propõe a reestruturação da educação, sobre a qual, segundo ele, a maioria dos autores concorda que a "questão central envolve uma redefinição fundamental dos papéis, responsabilidades e relações entre os alunos, os professores e os líderes das nossas escolas" (p. 274).

A colaboração é o metaparadigma da mudança educativa e organizacional da idade pós-moderna, enquanto articulador e integrador da ação, do planejamento, da cultura e da vida dos professores. Na reestruturação e desenvolvimento educativo, a solução colaborante incorpora muitos dos seguintes princípios: apoio moral, eficiência acrescida, eficácia melhorada, sobrecarga de trabalho reduzida, perspectivas temporais sincronizadas, certeza situada, poder de afirmação político, capacidade de reflexão acrescida, capacidade de resposta organizacional, oportunidade de aprendizagem e aperfeiçoamento contínuo.

A colaboração só representa um perigo quando é confortável ou complacente, conformista (suprimindo a individualidade e a solidão), artificial ou cooptativa.

A voz dos professores tem recebido uma valorização crescente, mas há necessidade de conciliar a voz com a visão (a colaboração supõe a criação conjunta da visão).

Outro elemento essencial nas relações de trabalho em colaboração é a confiança, que deve ser investida tanto nas pessoas quanto nos processos. A confiança supõe riscos, mas é essencial à aprendizagem e ao desenvolvimento.

Para que haja mudança é necessário criar uma cultura de colaboração, risco e melhoramento e também mudar a estrutura escolar, condição para a mudança da cultura.

O modelo do mosaico fluido estimula formas de colaboração vigorosas, dinâmicas e mutáveis através de redes, parcerias e alianças dentro e fora da escola, podendo propiciar conflitos, necessários à mudança.

Construir um mosaico é ir além do princípio da colaboração, em direção a estruturas que possam suportá-la melhor no contexto da pós-modernidade.

Para isso, na reestruturação e colaboração é necessário articular, executar e unir as diferentes vozes, estabelecer princípios éticos orientadores e parâmetros políticos, considerando o contexto social onde se localiza a escola e os objetivos e a substância da mudança.

"*Os professores sabem que o seu trabalho está mudando, e bem assim o contexto no qual o desempenham. Enquanto deixarmos intactas as estruturas e as culturas do ensino existentes, as nossas respostas isoladas a estas mudanças complexas e aceleradas limitar-se-ão a criar maiores sobrecargas, bem como uma maior intensificação, culpa, incerteza, cinismo e desgaste. [...] As regras do mundo estão mudando*", conclui Hargreaves, "*está na hora de as regras do ensino e do trabalho dos professores também mudarem.*" (p. 296)

Helena Maria Becker Albertani
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

TEIXEIRA, Anísio. *Educação para a democracia: introdução à administração educacional.* 2ª ed. Apresentação de Luiz Antônio Cunha. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

Este livro de Anísio Teixeira, reeditado muito oportunamente pela Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, foi publicado pela primeira vez em 1936 pela Editora José Olympio, e em 2ª edição em 1953 pela Companhia Editora Nacional. Além dos indiscutíveis méritos do autor e do próprio texto, destaca-se o seu significado político — um marco para a defesa da democracia e da educação em um período de repressão e de censura. Fato que também é muito importante lembrar, o centenário de nascimento do eminente educador será comemorado no ano 2000. Vale a pena recuperar brevemente a sua trajetória, e as condições sob as quais o livro foi editado pela primeira vez.

Em 1931, Anísio Teixeira assumiu a Diretoria do Ensino do Distrito Federal, cargo que exerceu até 1935, quando se demitiu em virtude das pressões dos setores conservadores, principalmente das lideranças católicas.[1]

Graduado em Direito em 1922, recebera a formação anterior em colégios jesuítas. Aos 31 anos, quando assumiu a Diretoria, havia-

se titulado — *master of arts* — pelo Teachers College da Universidade de Columbia, em Nova York, onde estudara desde o final de 1928 até o ano seguinte, em sua segunda viagem aos Estados Unidos e terceira ao exterior. Além dessa invejável formação intelectual, já contava em sua experiência profissional a passagem pela Inspetoria Geral do Ensino da Bahia, da qual foi titular durante cinco anos.

Desde o início da década de 1930 o movimento católico procurava consolidar e aumentar a sua influência política, e a educação era uma área considerada estratégica. Inicialmente, entendem os setores católicos que o Governo Provisório se manteria fiel aos compromissos com eles assumidos. Com a revogação do ensino religioso, em 1932, passam a atacar o movimento escolanovista. A revista *A Ordem* publica artigos que protestam contra a revogação do ensino religioso e a reforma do ensino secundário, denunciam a laicização do ensino, da cultura, dos sindicatos e do Estado. Posteriormente, passam a desferir ataques sistemáticos ao governo e finalmente ataques pessoais: "Refere-se a Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira e Celina Padilha como precursores do comunismo" (Schwartzman, 1984, p. 57). A crítica aos educadores continua no ano seguinte, na mesma revista. Durante os trabalhos na Constituinte a mesma liderança católica posiciona-se contra as propostas da V Conferência Nacional de Educação.

Um dos melhores estudos sobre a ideologia da Igreja Católica, do grupo dos renovadores e suas posições durante a Assembléia Nacional Constituinte é de autoria de Carlos Roberto Jamil Cury. Segundo esse autor, a discussão entre liberais e católicos interessava ao Estado, permitindo uma gradual recomposição de forças e a centralização do poder, alimentada pela ideologia autoritária (Cury, 1978, p. 124).

Ambas as facções, católicos e liberais, consideraram-se vencedoras quando da votação da Constituição. Em carta dirigida a Fernando de Azevedo (06/06/1934), Anísio Teixeira comentou: "O capítulo da Constituição contém o máximo que podia, no momento, triunfar entre nós. Preferimos, entretanto, de público, acentuar o que perdemos, uma vez que uma campanha mesquinhíssima mais uma vez pretendeu ferir a renovação educacional com a increpação de que o grupo que a sustenta tem outros interesses além do bem público" (Arquivo de Fernando de Azevedo, Instituto de Estudos Brasileiros, Faculdade de História, USP).[2]

A situação indefinida que se mantém até a votação da Constituição não se prolongaria durante muito tempo, como se sabe. O clima de tensão vai-se acentuando e em 1935 culmina com a repressão ao movimento da Aliança Nacional Libertadora. Esse foi um dos momentos da mais dura repressão sobre o movimento operário e popular e sobre toda a sociedade

Para Anísio Teixeira a escalada autoritária resultou em sua demissão do cargo de diretor da Instrução Pública. A acusação de ser conselheiro político do prefeito Pedro Ernesto, tido como simpatizante da Aliança Nacional Libertadora, foi acrescentada como golpe final às pressões que o clero e a liderança católica vinham exercendo sobre ele nos últimos quatro anos. Segundo Hermes Lima, a Pedro Ernesto ocorreu a ilusão de manter-se no cargo, pois possuía bom relacionamento na área oficial:

"*Certo, havia antes de tudo um sacrifício ritual a executar: o afastamento de Anísio Teixeira. Nesse ano de 1935 ele estivera sob o fogo concentrado do clero e da liderança católica na discussão sobre a escola pública e a campanha pela Universidade do Distrito Federal. Apesar de todas as pressões, o Prefeito mantivera-o por quatro anos à frente da Secretaria de Educação e quem viveu naquele tempo sabe como isto pesa a favor de Pedro Ernesto. O sacrifício de Anísio correspondia à prioridade da política clerical longamente mobilizada contra a presença na liderança do sistema educativo carioca. No contexto dos acontecimentos, pura ilusão pensar que esse sacrifício salvaria o Prefeito. Assoalharam que Anísio era conselheiro político de Pedro Ernesto. [...] Nunca ocorreu a Anísio a iniciativa de debater com ele os problemas de organização política. Havia uma Constituição em vigor e conduzir-se dentro de seus parâmetros era o caminho que a todos enlaçaria no exercício do poder. Em Anísio nada estava mais longe de sua concepção da vida pública que a cumplicidade conspirativa.*" (Lima, 1978, p. 138)

A carta de demissão explicita seu entendimento sobre o significado de seu trabalho e convicções políticas:

"*Conservo, em meio a toda confusão momentânea, as minhas convicções democráticas, as mesmas que dirigiram e orientaram todo o meu esforço, em quatro anos de trabalho e de lutas incessantes, pelo progresso educativo do Distrito Federal, e reivindico, mais uma vez, para essa obra que é do magistério do Distrito Federal, e não somente minha, o seu caráter absolutamente republicano e constitucional e a sua intransigente imparcialidade*

democrática e doutrinária." (Teixeira, 1936, p. xi)

Em seguida Anísio apresenta *Educação para a democracia*:

"Na sua parte doutrinária, como nos relatos e comentários, é apenas uma exposição do que se pregou e se fez naquela Secretaria de Educação e Cultura, anteriormente Diretoria Geral e Departamento, no período em que, a serviço da educação, ocupei, sucessivamente, os seus postos de direção. Constituem, por isso mesmo, as duas cartas, acima reproduzidas, a melhor prova de que se torna útil e até necessária a sua publicação. As circunstâncias tornaram o livro de registro e documentação da reforma da educação em marcha no Distrito Federal um livro de defesa. Cabe ao leitor a sentença." (Teixeira, 1936, p. xiii)

Levando-se em conta o fato de que defendia a educação *para a democracia* em 1936 — quando se abatia sobre o país a censura e a repressão, tratava-se de uma prova de coragem. Hermes Lima relata:

"Logo sentiu Anísio a impossibilidade de permanecer no Rio. Por cerca de um mês, obteve asilo familiar em casa do dr. Carlos Sá [...] Agravando-se a caça aos bodes expiatórios em quem a embriaguez da vitória se desforra das impraticabilidades e frustrações do entusiasmo revolucionário, decidiu Anísio abrigar-se no sertão baiano. Em casa do cunhado, Cel. Francisco Pires de Oliveira [...] residiu até meados de 37, na fazenda Gurutuba, município de Ituassú. Aí traduziu livros de H. G. Wells e William Durant para a Editora Nacional de seu amigo Octalles Marcondes." (Lima, 1978, p. 141)[3]

O livro *Educação para a democracia* é composto de duas partes. A primeira, que o autor chama de doutrinária, trata dos principais aspectos da educação brasileira tanto do ponto de vista mais geral de seus objetivos e finalidades, como de suas características e principais problemas em seus diferentes níveis — desde a educação pré-escolar até a universidade. A segunda parte, que diz respeito ao subtítulo do livro — *introdução à administração educacional* — apresenta o relato do trabalho desenvolvido durante o período de administração do sistema escolar do Distrito Federal. A grande maioria dos capítulos havia sido publicada anteriormente no Boletim da Educação Pública, apresentando poucas modificações. Ao final, como anexos, são transcritas duas entrevistas do autor: "Como devemos encarar o problema brasileiro de educação" para *A Nação* e "A educação e a Constituição Federal" para *O Jornal*, em 04/03/1933 e 08/06/1934 respectivamente. Apesar de ser composto de textos isolados, escritos anteriormente, o livro apresenta coerência interna entre seus capítulos e partes.

Para Anísio Teixeira o principal problema brasileiro de educação era o direcionamento de nossas escolas — primárias e secundárias — que visavam à cultura desinteressada, preparando para os estudos superiores dedicados também estes ao mesmo tipo de cultura. Entendia que "Educação é função natural pela qual a sociedade transmite a sua herança de costumes e hábitos, capacidade e aspirações aos que nela ingressam para a continuarem. A educação escolar é um dos modos pelo qual se exerce tal função. Na escola ela se faz dirigida e intencional. Obedece a planos. Gradua-se. Distribui-se inteligentemente" (Teixeira, 1997, p. 41).[4] A principal função da educação escolar seria "a redistribuição dos homens pelas diversas ocupações e meios de vida em que se repartem as atividades humanas" (p. 42). Nesse sentido, todas as escolas seriam profissionais e técnicas: "Porque, de um modo ou de outro, são técnicas que se ensinam nessas escolas. Mais gerais, algumas. Mais especiais, outras. Mas sempre técnicas, isto é, processos racionais, tão científicos quanto possível, de se fazerem as coisas e de se explicarem os fenômenos" (p. 42).

Entendia, em 1936, que estaríamos passando para um período no qual a civilização *"se apóia e se apoiará, cada vez mais, nas aplicações da ciência. E, como tal, em uma civilização técnica. São técnicos hoje os processos de construir móveis ou de curar doentes. E não chego bem a compreender, como se insiste ainda em conservar a velha divisão entre profissões liberais e profissões técnicas, a não ser que se considerassem liberais as de ordem político-social. Mas todas, hoje, mesmo as profissões de ordem político-social, vão participando de um decidido espírito de técnica ou de aplicação científica."* (p. 42)

Com muita clareza analisava as transformações dos sistemas escolares ocorridas em diferentes países, que teriam resultado no surgimento de uma dualidade, clivagem das "novas exigências do tempo e as tradições arraigadas de séculos" (p. 44). Previa que, com o tempo, as escolas conservariam suas finalidades culturais, porém *"reconstruídas para servirem ao novo espírito científico da civilização. Dentro da grande variedade de técnicas da vida moderna, há lugar para a cultura de alguns, que se dediquem à filosofia, à literatura e às artes. Apenas, enquanto no passado outra não era a formação universal do homem culto,*

Ensino do Distrito Federal. Muito freqüentemente, àquela época, as relações profissionais e a obtenção de um emprego público dependiam de relacionamentos pessoais. Anísio condenava a "falsa atmosfera de independência" e o personalismo: justificava a necessidade da criação de órgãos técnicos e administrativos porque sem eles a função de diretor seria exercida de acordo com dotes pessoais. Seria necessário, portanto, centralizar, coordenar e despersonalizar. Introduziu também a utilização de métodos científicos nos procedimentos intra-escolares tradicionais (p. 134-155).

A oportunidade da reedição do livro pode ser comprovada pela atualidade dos seus temas e também pelo fato de ter sido publicado pela primeira vez em 1936. Nesse mesmo período foram publicados também o clássico de Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil* (1936), *Evolução política do Brasil* (1933) de Caio Prado Jr. e *Casa-grande e senzala* (1933), de Gilberto Freyre.[5]

Escrevendo a respeito de *Raízes do Brasil* e sobre o radicalismo de Sérgio Buarque de Hollanda, Antonio Candido descreve o ambiente cultural e as idéias políticas predominantes naquele período:

"*reinava no Brasil uma espécie de romantismo tradicionalista que valorizava a herança colonial em sentido senhorial e ufanista, destacando as alegadas virtudes morais, econômicas e políticas do que se chamava aristocracia rural. [...] o livro-chave nessa ordem de idéias era* Populações meridionais do Brasil *de Oliveira Vianna, publicado em 1920. Somada ao pensamento de Alberto Torres e mais tarde ao de Azevedo Amaral, esta tendência favorecia as concepções conservadoras e autoritárias de governo, incluindo nem sempre conscientemente o que se poderia chamar* dever de tutela, *a ser exercida pelas elites sobre o povo ignorante, incapaz de perceber os próprios interesses, e que precisaria ser encaminhado no rumo mais conveniente à nação. Freqüentemente esses pontos de vista se associavam a um acentuado racismo, como o de Oliveira Vianna.*" (Candido, 1988, p. 17)

A importância deste livro não pode ser subestimada, levando-se em conta que com ele e todo seu trabalho, Anísio Teixeira se opunha ao personalismo, ao tradicionalismo e o autoritarismo presentes nas relações sociais, culturais, econômicas e políticas daquela época. Entretanto, como já foi comentado, a importância do papel da escola foi sentida por outros setores da sociedade e da elite política. A valorização da escolarização era diferente, entre outros, para os intelectuais que viriam a apoiar o Estado Novo e para os liberais. Para estes últimos, a escola deveria atender aos indivíduos e para os outros deveria atender aos interesses do Estado, mesmo que, para isso, fosse preciso juntar-se à Igreja. Tratava-se, na realidade, de importante diferença de ênfase. Para ambos a escola serviria ao avanço da industrialização e à consolidação do capitalismo. Estes, porém, eram vistos de enfoques diferentes: enquanto Anísio Teixeira pensava em termos de desenvolvimento democrático-liberal, os intelectuais autoritários dirigiam-se à necessidade de manipulação e treinamento. Ambos convergem na reforma burocrática, mas divergem quanto à forma, aos valores e à ideologia a ser difundida. Anísio Teixeira surgia como uma ameaça que precisava ser eliminada, principalmente por sua luta em defesa da *liberdade política, da educação como um direito e para a democracia, bem como da necessidade de educar o povo para viver em uma civilização baseada na ciência e na técnica.*

Raquel Pereira Chainho Gandini
Universidade Metodista
de Piracicaba; Universidade Estadual
de Campinas

Referências bibliográficas

ABREU, Jayme, (1960). Anísio Teixeira e a educação na Bahia. *Anísio Teixeira, pensamento e ação:* por um grupo de professores e educadores brasileiros. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

CANDIDO, Antonio, (1990). Radicalismos. *Estudos Avançados*, v. 4, nº 8, p. 4-18.

CURY, Carlos Roberto Jamil, (1978). *Ideologia da educação brasileira.* São Paulo: Cortez e Moraes.

LIMA, Hermes, (1978). *Anísio Teixeira, estadista da educação.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

MOTA, Carlos Guilherme, (1977). *Ideologia da cultura brasileira:* pontos de partida para uma revisão histórica. São Paulo: Ática.

TEIXEIRA, Anísio, (1936). *Educação para a democracia*: introdução à administração educacional. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora.

_____, (1953) *Educação para a democracia*: introdução à administração educacional. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

_____, (1932). Bases para uma reorganização econômico-financeira da instrução pública. (Exposição de motivos do diretor-geral da Instrução apresentando o

Decreto do Fundo Escolar permanente.) *Boletim da Educação Pública*, v. 2, nº 1 e 2, jan./jun. Diretoria da Instrução Pública do Rio de Janeiro.

_____, (1932). O sistema escolar do Rio de Janeiro/DF. (Relatório de um ano de administração.) *Boletim de Educação Pública*, v. 2, nº 3 e 4, jul/dez.

SCHWARTZMAN, Simon, *et al.*, (1984). *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra/Editora da Universidade de São Paulo.

Notas

[1] Vários eram os grupos que, àquela época, disputavam com diferentes projetos o direcionamento da educação brasileira: setores do exército, da Igreja Católica, representantes do pensamento político autoritário e também aqueles que viriam a ser conhecidos como Pioneiros da Escola Nova, entre estes Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Almeida Júnior e Lourenço Filho. Entre este últimos as posições e idéias certamente não eram idênticas. C. R. Jamil Cury apontou diferenças entre as posições de Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira, considerando o primeiro "elitista" e o segundo mais progressista e radical (Cury, 1978, p. 71 e 91). Em outra passagem, escreve: "A posição de Anísio parece ser mais radical que a de seus colegas. Como de resto, seu pensamento é claramente contrário ao espírito elitista e oligárquico" (Cury, 1978, p. 147). Carlos Guilherme Mota escreveu, em *Ideologia da cultura brasileira*, a respeito da visão de mundo de F. Azevedo: "*Aristocratismo e humanismo, socialismo e visão ilustrada do mundo constituem os eixos que definem a perspectiva do Autor* de A Cultura Brasileira. O anticapitalismo de elite, para retomar a expressão de R. Schwarz, parece ser a tônica do pensamento de Fernando de Azevedo" (Mota, 1977, p. 77). Nas últimas três décadas foram realizados muitos estudos que analisaram aspectos determinados em períodos delimitados, do pensamento daqueles e de outros importantes intelectuais que atuaram no campo da educação. A bibliografia sobre Anísio Teixeira, por exemplo, já é bastante extensa.

[2] Ao final, os católicos conseguiram um ponto fundamental: quebrar a laicidade da Constituição de 1891, que se desdobrou em várias conquistas: aprovação do ensino religioso nas escolas primárias, secundárias e normais durante o período normal de aulas e rejeição de emendas que propunham a introdução da educação sexual, a liberdade acadêmica absoluta e instituição de concursos para docentes de escolas particulares. A meia vitória dos reformadores liberais se verificou pela incorporação à Constituição da garantia da escolarização gratuita, universal e obrigatória, pela atribuição de competência intervencionista e diretora do Governo Central, estabelecimento de subvenção, ainda que em porcentagens mínimas, dos cofres municipais, estaduais e federais e certa margem de flexibilidade para os Estados e municípios. A grande derrota dos reformadores, foi a rejeição dos projetos de neutralidade e laicidade do ensino (Cury, 1978, p. 120-122).

[3] Péricles Madureira de Pinho também relata essa passagem: "Entre 1936 e 1938 traduziu, para várias editoras, Wells, Adler, Dewey, que ele considera 'meus mestres em democracia e crença no homem'. Era ainda uma atividade intelectual e assim proibida a um homem livre, naquele tempestuoso início de Estado Novo. Até as viagens para os rincões do sertão baiano tinham que ser por terra, em caminhos que não se poderiam chamar de estradas, tão rústicos e pouco transitados."(Pinho, 1960, p. 177).

[4] Nas citações seguintes indicaremos apenas o número da página do livro *Educação para a democracia*, 2ª ed., UFRJ, 1997.

[5] A respeito desse período — 1933-1937 —, que considera como de "redescobrimento do Brasil", Carlos Guilherme Mota diz o seguinte: "A Revolução, se não foi suficientemente longe para romper com as formas de organização social, ao menos abalou as linhas de interpretação da realidade brasileira — já arranhadas pela intelectualidade que emergia em 1922, com a Semana de Arte Moderna, de um lado, e com a fundação do Partido Comunista de outro. [...] *A historiografia da elite oligárquica, empenhada na valorização dos feitos dos heróis da raça branca*, e representada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (fundado em 1838) vai ser contestada de maneira radical por um conjunto de autores que representarão os pontos de partida para o estabelecimento de novos parâmetros no conhecimento do Brasil e de seu passado. *Esse momento é marcado pelo surgimento das obras de Caio Prado Jr. (1933), de Gilberto Freyre (1933), Sérgio Buarque de Holanda (1936) e Roberto Simonsen (1937)*" (Mota, 1977, p. 28).